

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/04/2015 a 30/04/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Em nove meses, agricultores familiares contratam quase R\$ 20 bilhões do Pronaf – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/04/2015	3
Em abril, agricultores familiares recebem desconto em 20 produtos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/04/2015.....	3
Última oficina de planejamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) aconteceu em São Luís/MA – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 13/04/2015	4
Ministro debate crédito familiar e solidário em seminário, em Brasília. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2015.....	5
Cerca de 70 mil agricultores familiares da BA e do RN receberão pagamento do Garantia-Safra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2015	6
Declaração de Aptidão ao Pronaf tem categorização do agricultor familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2015.....	7
Agricultura familiar deverá ter plano com mais recursos. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 15/04/2015	8
Crédito Apoio Inicial é liberado a 30 famílias de assentamento no Espírito Santo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2015 ..	10
CNA defende juros especiais para pequenos produtores nordestinos. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 17/04/2015	11
Contratações de crédito rural na safra 2014/15 caem 2,6% até fevereiro. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 17/04/2015	12
Desafios para a Agricultura Familiar. Clemente Ganz Lúcio – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 24/04/2015.....	13
Condraf debate Plano Safra da Agricultura Familiar com a sociedade civil. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2015	14

Em nove meses, agricultores familiares contratam quase R\$ 20 bilhões do Pronaf – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/04/2015

“O crédito rural facilita bastante o investimento na produção”, afirma a agricultora familiar Marlene Veloso Teixeira Reis, de 49 anos, que divide a propriedade de quatro hectares com a irmã, também agricultora familiar, Cleides Veloso Teixeira Reis, 46. Marlene conta que elas acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Custeio para adquirir sementes, e há quatro anos financiaram um trator pelo Pronaf Investimento, conhecido como Mais Alimentos.

Em Brazlândia, a 50 quilômetros de Brasília, as irmãs plantam 60 produtos orgânicos certificados, entre eles, cenoura, beterraba, rúcula, coentro, feijão, brócolis, couve, alface, além de frutas como banana, manga, limão, graviola e acerola. “Fazendo direito, com investimento, nós conseguimos crescer”, comenta Marlene.

Assim como elas, os agricultores familiares de todo Brasil acessam, cada vez mais, as linhas de custeio e investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De julho de 2014 a março de 2015, o total aplicado pelos agricultores familiares brasileiros alcançou R\$ 19,1 bilhões. São mais de 1,4 milhão de contratos.

Do total, os agricultores familiares aplicaram mais de R\$ 10,5 bilhões, em cerca de 980 mil contratos, em operações de investimento – destinadas a compra de tratores e colheitadeiras, por exemplo. Para as operações de custeio, foram mais de R\$ 8,5 bilhões, em 504 mil contratos.

O primeiro passo, para conseguir o financiamento com o agente financeiro, é procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), mais próximos, para obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os assentados da reforma agrária devem procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os beneficiários do crédito fundiário podem ser atendidos pela Unidade Técnica Estadual (UTE).

*Os valores foram fornecidos pela Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural (Diorf), Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop), do Banco Central, que gerencia o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR).

Em abril, agricultores familiares recebem desconto em 20 produtos – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/04/2015

Açaí, banana, laranja, trigo e uva são algumas das culturas com bônus do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) neste mês de abril. O desconto é concedido, ao agricultor familiar, para pagamento de financiamentos de custeio e de investimento feitos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A dedução vale para o período de 10 de abril a 9 de maio, com referências nos preços praticados no mercado em março.

As 20 culturas com desconto são: açaí, babaçu (amêndoa), banana, borracha natural cultivada, borracha natural extrativa, cacau (amêndoa), cana de açúcar, laranja, leite, mamona, manga, mangaba, maracujá, pequi, piaçava (fibra), raiz de mandioca, sorgo, trigo, triticale e uva.

O babaçu (amêndoa) tem desconto em quatro estados. Com 58,23% no Ceará e 53,82% no Tocantins, por exemplo. A uva terá benefício de 17,14% em Santa Catarina. A borracha natural extrativa, produto da sociobiodiversidade brasileira, tem desconto em seis estados, sendo 69,39% no Acre, Amazonas e Maranhão.

Confira a portaria com a lista completa dos descontos. Os produtores estão amparados quando esses produtos estiverem com valor de mercado abaixo do preço de garantia do programa (definido com base no custo de produção).

Cesta de produtos

Agricultores familiares que têm parcelas de operações de investimento do Pronaf terão desconto correspondente à média dos bônus do feijão, leite, mandioca e milho (cesta de produtos), concedidos mensalmente pelo PGPAF.

Neste mês de abril, nove estados terão bônus com base na cesta de produtos. São eles: Alagoas (3,72%), Bahia (2,50%), Ceará (2,50%), Pernambuco (4,20%), Rondônia (0,69%), Mato Grosso do Sul (3,66%), Espírito Santo (11,16%), São Paulo (3,64%) e Santa Catarina (0,61%).

Cálculo mensal

O bônus do PGPAF é calculado todo mês pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). A Conab faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF.

Última oficina de planejamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) aconteceu em São Luís/MA – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 13/04/2015

Maranhão encerra o ciclo de Oficinas de Planejamento do PNCF. O próximo passo é receber a oficina de Capacitação que trará aprofundamento na parte operacional do Programa

A última Oficina de planejamento do programa aconteceu em São Luís/MA nos dias 9 e 10 de abril. Essa oficina faz parte da primeira etapa do PNCF que vai possibilitar aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, comprar e estruturar um imóvel rural por meio de financiamento. O PNCF é coordenado pela Secretaria de reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com os governos estaduais, movimento sindical rural e uma grande quantidade de parceiros. Além da terra, o programa possibilita a construção das instalações básicas para a casa (luz, água e esgoto) e investimentos produtivos, como a preparação do solo, compra de implementos, acompanhamento técnico e o que mais for necessário para que o agricultor possa se desenvolver de forma independente e autônoma.

Nos dois dias de oficina, estiveram presentes representantes da FETRAF/BRASIL, lideranças de 16 municípios e o Delegado Federal da DFDA-MA/MDA João Batista que falou da importância do convênio entre Ministério do Desenvolvimento Agrário e FETRAF/BRASIL, além de ressaltar a importância da qualificação dos técnicos para melhor desenvolvimento do Programa.

Marco Ruan Amorim, técnico do Programa no estado, também falou sobre a oficina no Maranhão. “A Oficina é algo fundamental porque traz entendimento para todos. Aqui no Maranhão os dirigentes vão compreender cada vez mais a importância de uma política pública com acesso a terra. O PNFC vai proporcionar isso”. Falou ainda das suas expectativas para o projeto a ser desenvolvido. “Este programa será um marco histórico, pois teremos condições de fazer diferente do que foi realizado no passado por outras organizações sociais no estado”.

O próximo passo é receber a oficina de Capacitação ao PNCF, que trará aprofundamento na parte operacional. Essa oficina acontecerá no Maranhão nos dias 25 e 26 de maio.

Ministro debate crédito familiar e solidário em seminário, em Brasília. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2015

O papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na elaboração de políticas de acesso ao crédito, com assistência técnica e extensão rural e acesso a novos mercados foi discutido nesta terça-feira (14) na abertura do III Seminário Nacional do Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário, em Brasília. O ministro Patrus Ananias participou do evento, promovido pela Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol), e reforçou o compromisso da pasta com o cooperativismo. “Precisamos dar as mãos para construirmos, juntos, uma sociedade cada vez mais justa”, destacou.

O ministro falou sobre os planos do MDA para a promoção do desenvolvimento rural sustentável - que incluem estratégias voltadas para o acesso à terra e geração de renda no campo. “Pautados pela função social da terra, nossa prioridade é assentar todas as famílias acampadas no Brasil e transformar os assentamentos em espaços produtivos e sustentáveis. Em parceria com outros ministérios, levar infraestrutura, educação, cultura e tecnologia para o campo e motivar os jovens a darem continuidade a essa atividade tão importante para o mundo”.

O presidente da Confesol, Ailton Martins Croda, apontou os desafios enfrentados pela agricultura familiar e destacou a importância do diálogo com o MDA para elaboração de políticas eficazes. “Nosso papel é assegurar que mais agricultores possam ter acesso a mais crédito. E a nossa expectativa é que esse seminário seja um espaço para a discussão de alternativas que levem mais renda e qualidade de vida para as propriedades”.

O seminário reúne mais de 200 lideranças cooperativistas de todo o Brasil para discutir os avanços e desafios do crédito solidário para a agricultura familiar. O evento segue até quinta-feira (16) com programação que inclui debates e painéis com atores e parceiros do cooperativismo solidário.

Diálogo com movimentos sociais

Na abertura do III Seminário Nacional do Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário, o ministro da Patrus Ananias sugeriu a criação de um fórum de entidades e movimentos sociais ligados ao campo. A proposta tem sido enfatizada nos encontros do ministro com representantes desses grupos. O objetivo é promover um espaço de diálogo e reflexão sobre temas convergentes.

Confesol

A Confesol representa cooperativas da agricultura familiar e economia com interação solidária. A história desse movimento teve início na década de 1980, quando pequenos agricultores e assentados da reforma agrária nas regiões sudeste e centro-oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram dificuldades para acessar crédito de custeio e investimentos e estruturaram o Fundo de Crédito Rotativo. A iniciativa culminou na criação das primeiras cooperativas do segmento, com a marca Cresol.

Cerca de 70 mil agricultores familiares da BA e do RN receberão pagamento do Garantia-Safra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2015

Para auxiliar agricultores familiares que se encontram em municípios do Nordeste e do Semiárido sujeitos a perdas de safra devido à seca ou ao excesso de chuvas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) autorizou pagamento do Garantia-Safra a 69.488 agricultores familiares de 66 municípios dos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte.

Os pagamentos são referentes à safra 2013/2014. Os novos beneficiários foram incluídos para receber a primeira parcela do benefício. A medida está na portaria publicada no Diário Oficial da União, desta quarta-feira (15).

O benefício é pago em cinco parcelas de R\$ 170 cada, totalizando R\$ 850 por agricultor. Os pagamentos seguem as mesmas datas definidas pelo calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal. A cada mês uma nova portaria é publicada incluindo novos beneficiários.

No total, em abril, o MDA disponibilizou mais de R\$ 33 milhões para o pagamento do Garantia-Safra para 195.680 agricultores familiares de 208 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Como aderir

O agricultor deve verificar se sua cidade participa do Garantia-Safra. Para isso, o município deve assinar o Termo de Adesão com o governo estadual e definir a quantidade de agricultores que vão participar em sua jurisdição.

Para se inscrever, o agricultor deve procurar o escritório local de assistência técnica ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município onde vive. Depois deve procurar a Prefeitura para receber um boleto e fazer a adesão ao Garantia-Safra. O pagamento do boleto deve ser feito em uma agência da Caixa Econômica Federal ou correspondente

bancário, dentro do prazo definido para seu município. A adesão deve ser realizada antes do plantio.

Quem tem direito

Podem participar do Garantia-Safra, agricultores familiares, com renda familiar mensal de, até, um salário mínimo e meio, e que possuem área total a ser plantada de, no mínimo, 0,6 hectares e, no máximo, cinco hectares.

Podem receber o pagamento agricultores aderidos ao benefício e que estejam em municípios com perda comprovada de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão.

O benefício do Garantia-Safra é pago com recursos do Fundo Garantia-Safra, composto por contribuições do agricultor, do município, do estado e da União.

Declaração de Aptidão ao Pronaf tem categorização do agricultor familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2015

A partir de agora é possível identificar na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Pessoa Jurídica) a categoria da Unidade Familiar de Produção Rural. Isso significa que o gestor público, quando for adquirir produtos da agricultura familiar, pode verificar no extrato da DAP Jurídica a quantidade de agricultores familiares da cooperativa ou associação, conforme as categorias previstas na Lei da Agricultura Familiar. As categorias são: quilombola, indígena, extrativista, pescador, aquicultor, silvicultor, assentado da reforma agrária ou demais agricultores familiares.

“O objetivo é buscar maior eficiência e a prestação de um serviço de melhor qualidade. A iniciativa facilita a identificação do perfil dos agricultores familiares para acessar políticas públicas do Governo Federal. Com isso, permite o melhor enquadramento da organização, de acordo com as regras dos programas”, explica o secretário Nacional da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Onaur Ruano.

A atualização do sistema da DAP, que permite a categorização do público beneficiário no extrato disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi feita pela Coordenação-Geral de Modernização e Informática da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (CGMI/SPOA) e a Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Secretaria da Agricultura Familiar (CGMA/SAF), ambas do MDA.

“Atendemos uma demanda da SAF quanto às necessidades de melhorias para o sistema da DAP. A partir disso, propusemos novas tecnologias para ampliar a capacidade de atendimento do sistema ao agricultor familiar. Assim, implementamos as funcionalidades que já estão em operação”, complementa o coordenador-geral da CGMI/SPOA, Bruno Mesquita Santana.

DAP

A Declaração é o instrumento utilizado para identificar e qualificar agricultores e agricultoras familiares e também suas organizações em forma de pessoa jurídica, tais

como cooperativas, associações e agroindústrias familiares. A organização com DAP Jurídica deve ter pelo menos 60% dos seus associados com DAP.

Além da DAP da unidade familiar (Principal), existem as DAP Acessórias - Jovem e Mulher. Essas são utilizadas para identificar os filhos (jovens) e as mulheres agregadas a uma unidade familiar de produção rural e devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a uma DAP Principal.

A DAP é o principal documento para o acesso a qualquer uma das linhas de crédito do Pronaf e mais 15 políticas públicas do Governo Federal, tais como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Seguro da Agricultura Familiar, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Garantia Safra, Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), entre outros.

Como obter a DAP

Para emitir a DAP, a unidade familiar de produção rural deve atender aos seguintes critérios: possuir área de até quatro módulos fiscais*; possuir gestão estritamente familiar; ter como principal fonte de renda as atividades da exploração da propriedade e possuir renda bruta anual de até R\$ 360 mil.

A validade da DAP é de três anos, a contar da data de sua emissão, e pode ser emitida por uma rede de entidades e órgãos credenciados e autorizados pelo MDA. Para tirar o documento o agricultor deve apresentar o CPF e RG de cada um dos titulares; em alguns casos a documentação da origem e formação da renda bruta e do tamanho da área do estabelecimento.

**Módulo fiscal: Medida em hectare, definida por lei federal que varia de acordo com o município.*

Agricultura familiar deverá ter plano com mais recursos. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 15/04/2015

Não é apenas a chamada "agricultura empresarial" que pressiona o governo a antecipar o anúncio das condições de contratação de crédito rural na safra 2015/16, que começa em julho. A agricultura familiar também está ansiosa para saber o que Brasília lhe reserva para a novo ciclo, e se movimenta para tal.

Em encontro marcado para hoje no Palácio do Planalto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) fará a sua parte: pedirá à presidente Dilma que os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) sejam ampliados para R\$ 30 bilhões. O Valor apurou que a o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelo Pronaf, vislumbra um volume mais conservador, de R\$ 28 bilhões. Em 2014/15, foram R\$ 24 bilhões.

Como no caso dos grandes, os pequenos agricultores também têm perdido o sono por causa da tendência de aumento dos juros que serão oferecidos pelo governo na concessão dos empréstimos para o segmento. O Ministério da Agricultura considera que a taxa média das linhas de crédito rural para a agricultura empresarial deverá subir para

8% ou 8,5% ao ano, ante o patamar de 6,5% de 2014/15. As taxas tanto do Plano Safra quanto do Pronaf são preferidos pelo mercado pois contam com juros equalizados pelo Tesouro - logo são menores que os juros livres, que não têm subsídios.

No caso da agricultura familiar, o MDA entende que as taxas de juros aplicadas em linhas para custeio e investimento para demandas menores de crédito poderão ser mantidas. É o caso de empréstimos pelo Pronaf que envolvem limites baixos de financiamento: até R\$ 10 mil com juros de 1,5% ao ano e entre R\$ 10 mil a R\$ 30 mil com juros de 2% (ambos para custeio) e até R\$ 10 mil para investimento a taxas de 1% ao ano. Os técnicos da Pasta em contato com a Fazenda dizem que essas taxas deverão permanecer.

Já para limites maiores de financiamento, o mais provável é que as linhas do Pronaf sofram a mesma alta de juros (de 2 a 2,5 pontos percentuais) que deverá atingir as opções do crédito rural empresarial: os empréstimos que superarem o total de R\$ 30 mil (e até R\$ 100 mil) para custeio poderão ter a taxa elevada de 3,5% para 5,5% ou 6%, e os que tiverem valor superior a R\$ 100 mil (e até R\$ 300 mil) para investimento (Pronaf Mais Alimentos) devem ter juros ampliados de 2% para 4,5% ou 5%.

O Pronaf Mais Alimentos hoje figura entre as linhas com maior desembolso e financia maquinário agrícola a juros mais baixos que os praticados pelo mercado. "É provável que essa linha também não fuja do aumento de juros", revelou uma fonte do governo que participa das discussões em torno do programa.

Alberto Brochi, presidente da Contag, reconhece a realidade de ajuste fiscal proposto pelo governo e o ritmo mais lento da economia, mas diz que a entidade, aliada a outros movimentos sociais ligados ao campo, insistirão para que não só os recursos continuem aumentando como os juros fiquem exatamente onde estão.

"Queremos que a presidente Dilma negocie com o ministro Patrus Ananias [MDA] para que a agricultura familiar conte com R\$ 30 bilhões no Pronaf. Vamos pedir para não aumentar juros nem para linhas de menor valor, nem para as de limite maior", destacou Brochi.

Mas, antes de o governo encerrar as discussões sobre o Pronaf, primeiro precisará colocar um ponto final nas condições do novo Plano Safra da agricultura empresarial, que deverá ser anunciado até meados de maio. Na semana passada, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, André Nassar, adiantou que a Pasta trabalha para que o Plano conte com R\$ 176 bilhões em recursos. Na temporada passada (2014/15), foram R\$ 156 bilhões - dos quais R\$ 112 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para os programas de investimento.

Nassar informou, ainda que a prioridade é de "no mínimo manter" o montante com juros subsidiados pelo Tesouro para custear a safra 2014/15 (R\$ 89 bilhões). No total, os recursos com juros controlados somaram R\$ 132,6 bilhões no atual Plano Safra, que terminará no próximo mês de junho. Entram na conta dos juros controlados os subsídios que o governo banca para que as taxas ofertadas no crédito rural sejam mais baixas. Entretanto, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, já repetiu reiteradas vezes que o volume total de recursos destinados à equalização de juros deverá cair nos próximos

anos. O Valor apurou que o Tesouro gastou mais de R\$ 10 bilhões para equalizar as taxas de juros do crédito rural no atual Plano Safra.

Entretanto, Nassar admitiu que só será possível alcançar os R\$ 176 bilhões com cerca de R\$ 20 bilhões em recursos a juros livres, que contam com recursos próprios de instituições como o Banco do Brasil - líder no desembolso de crédito rural no país, com 64% do mercado. O BB liberou R\$ 53 bilhões entre julho de 2014 e 27 de fevereiro deste ano - uma alta de 12% frente aos R\$ 47 bilhões registrados no mesmo intervalo da safra 2013/14.

O Banco do Brasil, entretanto, enfrenta um problema decorrente do atual cenário composto por juros altos, dólar valorizado e economia brasileira em ritmo desacelerado: insuficiência de recursos de depósito à vista e poupança rural, as tradicionais fontes de crédito rural, para liberar financiamento de pré-custeio para a safra, como disse ao Valor seu vice-presidente de Agronegócio, Osmar Dias.

Segundo ele, a demanda atual por esse crédito é da ordem de R\$ 7 bilhões e para atendê-la o banco já está ofertando outra linha, com juros livres, embora a juros de 9,5% (maiores que os 6,5% do pré-custeio com juros equalizados). Produtores rurais vêm reclamando de que o banco não está concedendo esses empréstimos, usados geralmente de abril a junho para custear a compra de insumos agrícolas.

A ministra Kátia Abreu, no entanto, informou ontem, ao sair do Ministério da Fazenda, acompanhada pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda), que ainda hoje serão anunciadas novas regras para garantir oferta de crédito para o pré-custeio. " O pré-custeio será anunciado amanhã. Acabamos de decidir: serão R\$ 7 bilhões pelo BB para agricultura geral [todos os portes de empresários] e mais R\$ 2 bi pela Caixa que serão ofertados dentro do Pronamp [linhas de crédito para médios produtores] a juros menores". Ela não informou, porém, quais serão os juros.

Crédito Apoio Inicial é liberado a 30 famílias de assentamento no Espírito Santo – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2015

Durante o mês de março, cerca de 30 famílias de trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento Novo Sonho, localizado no município de Ecoporanga (ES), tiveram acesso ao crédito Apoio Inicial - disponibilizado aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária à aquisição de ferramentas, insumos e pequenos animais para fomentar a primeira produção nos lotes. A novidade desta vez está na forma de operacionalização, uma vez que cada família poderá efetuar suas compras mediante a utilização de cartão bancário fornecido a esse fim.

O crédito do Apoio Inicial, no valor de R\$ 2,4 mil por família, foi disponibilizado mediante o cadastramento dos assentados no Sistema Nacional de Cobrança de Crédito de Infraestrutura (SNCCI), a assinatura de contratos e a abertura de conta junto a instituição bancária para emissão dos cartões. De acordo com o chefe da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos do Incra no Espírito Santo, Ricardo Rosa, o processo torna a aplicação do crédito mais segura - tanto para as famílias que poderão procurar empresas de sua preferência, quanto para a autarquia em termos de

acompanhamento da forma de utilização desses recursos. Além disso, Ricardo Rosa enfatiza a praticidade e agilidade que tal medida oferece.

A partir da liberação do crédito Apoio Inicial essas famílias, assentadas em 2012, podem dar continuidade ao sonho de produzir alimentos com maior eficiência e qualidade. Segundo o secretário municipal de Agricultura de Ecoporanga, Vanderlei Ramalho, a liberação desse crédito é importante porque aquece a economia do município resultante do comércio de ferramentas, implementos, sementes, adubo e pequenos animais que o crédito Apoio Inicial contempla. Afinal, a liberação de recursos a essas famílias do assentamento Novo Sonho somente no que diz respeito ao Apoio Inicial, corresponde a R\$ 72 mil.

Com muitos planos em mente, o casal Bruno Nascimento dos Santos e Eliane dos Santos Silva Nascimento disse que o crédito veio a calhar, no sentido de otimizar a produção. Eles já haviam plantado mil pés de café - fruto de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Ecoporanga, que doou 15 mil mudas ao assentamento -, e aguardam a chuva para realizar o plantio de outros mil pés. A ideia é atingir em um futuro próximo pelo menos cinco mil pés do produto típico em terras capixabas, além de diversificar a produção com o plantio de pimenta do reino e a criação de peixes. Para o sustento da família também são criados no lote galinhas, porcos e vaca. Parte do valor do crédito Apoio Inicial eles utilizaram na aquisição de adubo, sal e ração para os animais, de uma leitoa para aumentar o plantel de suínos e mangueiras à instalação do sistema de irrigação de suas lavouras. "No início, não gostamos do lote, mas agora podem me dar dois dos outros que eu não quero", comenta Eliane bastante satisfeita com a parcela em que foram assentados.

Outro casal que espera progredir é João Batista Cerqueira e Maria das Neves de Souza, que estão no mesmo lote que receberam do Incra desde a criação do assentamento. Eles inclusive já construíram uma pequena casa no lote e estão pagando as prestações no comércio local. Com os recursos do crédito Apoio Inicial esperam investir em uma novilha e aumentar o plantel de aves exóticas que começaram a criar, como: gansos, perus e galinhas-d'angola. Também plantaram oito mil covas de mandioca, pensando na produção de polvilho e, em breve, pretendem se dedicar ao plantio de café e formar um pomar próximo de sua casa. "Agora é esperar a chegada da energia elétrica para nos dedicar ao café e aumentar a produção", declara João Batista.

CNA defende juros especiais para pequenos produtores nordestinos. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 17/04/2015

SÃO PAULO - A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) quer ampliar o atendimento aos produtores rurais nordestinos no Plano safra 2015/16, que está em fase de elaboração. A ideia, segundo o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, é criar uma política de juros específica para o pequeno e médio produtor, incluindo-os nas políticas públicas diferenciadas já existentes.

A CNA quer incluir produtores não atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - de até quatro módulos fiscais -, e os médios agricultores cujas áreas estejam entre o mínimo de quatro até o máximo de 15

módulos fiscais, com renda anual inferior a R\$ 3,5 milhões. Mais de 155 mil agricultores nordestinos estão nesta situação, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para garantir essa ampliação no atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, a CNA quer umas taxas de juros diferenciada para esses agricultores.

Uma maneira de permitir a concretização de tal proposta, segundo a CNA, seria a adoção de uma espécie de “gatilho”: nos momentos de comprovada perda de renda (animais e produtos agrícolas), em consequência da seca ou de qualquer outro tipo de calamidade, a parcela do financiamento bancário a ser paga pelo produtor passaria imediatamente para o último ano de vigência do contrato. A medida evitaria longos processos burocráticos e a necessidade de eventuais Medidas Provisórias, novas leis ou resoluções dos bancos do Brasil e do Nordeste ou normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Contratações de crédito rural na safra 2014/15 caem 2,6% até fevereiro. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 17/04/2015

BRASÍLIA - O volume de crédito rural contratado pela agricultura empresarial nos primeiros oito meses da safra 2014/15 somou R\$ 103,2 bilhões, uma queda de 2,6% em relação ao registrado no mesmo período da safra passada (2013/14). O governo anunciou R\$ 156 bilhões para todo o ano safra, que termina em junho próximo.

Entre julho de 2014 e fevereiro deste ano em comparação com o mesmo intervalo da safra anterior, os desembolsos totais em financiamentos rurais, incluindo tanto o setor empresarial quanto a agricultura familiar, não registraram nenhum crescimento. O resultado foi exatamente o mesmo: R\$ 121 bilhões. O Pronaf, programa de crédito para agricultores familiares, porém, apresentou alta de quase 18% na tomada de empréstimos em suas linhas nesse intervalo de comparação, atingindo R\$ 17,7 bilhões na safra 2014/15.

Dentro das principais categorias, o crédito para custeio teve uma redução de 8,4% nas contratações na safra 2014/15 até fevereiro, fechando o período com R\$ 72,4 bilhões. O resultado já reflete o mau desempenho dessas linhas no primeiro trimestre do ano, como já indicou o Banco do Brasil. Agricultores de todo país queixam-se de não conseguir obter pré-custeio de safra junto às agências do BB, por exemplo.

Nessa modalidade, enquanto os financiamentos com recursos controlados — que incluem subsídios do governo, com taxa média de juros a 6,5% ao ano, menor que as praticadas pelo mercado — tiveram um incremento de 4,1% nos desembolsos, alcançando R\$ 61 bilhões, os com juros livres recuaram 44,2%.

Apenas a “Banco do Brasil Agroindustrial”, linha ofertada pelo banco líder na concessão de crédito rural no país, que também é formada por recursos a juros livres, caiu 80% nesses primeiros oito meses do ano safra 2014/15 em relação ao mesmo período da safra anterior.

Já os desembolsos voltados para o investimento contabilizaram R\$ 30,8 bilhões, um avanço de 14,5%. Dentre os programas de crédito, o destaque continuou sendo para o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), criado para financiar construção e ampliação de armazéns. De julho do ano passado a fevereiro deste ano, já foram liberados pelo programa 85% de todo o volume de R\$ 3,5 bilhões disponibilizados para o ciclo agrícola, que vai de junho de 2014 a julho de 2015. Foram contratados R\$ 2,9 bilhões, contra R\$ 81,3 milhões no mesmo período do ciclo anterior.

Em volume total, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) associado ao meio rural apresentou o maior resultado de contratações, contabilizando R\$ 9,7 bilhões, um incremento de 3%. O Pronamp, destinado ao médio produtor, segmento que tem a promessa da ministra Kátia Abreu de receber mais recursos e programas específicos, também foi bastante contratado nesses oito primeiros meses da safra 2014/15 – foram liberados R\$ 8,3 bilhões, montante 14% superior ao do ciclo passado.

Uma das maiores apostas do governo, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que oferta crédito para estimular recuperação de áreas degradadas e tem função de minimizar impactos ambientais no campo, também registrou alta: o volume contratado nesse intervalo, R\$ 2,4 bilhões, foi 35,5% maior que no mesmo período da safra anterior. Tanto em 2013 como neste ano, o montante disponível foi o mesmo: R\$ 4,5 bilhões.

Desafios para a Agricultura Familiar. Clemente Ganz Lúcio – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 24/04/2015

A agropecuária brasileira é um dos mais importantes setores econômicos do país, devido ao grande potencial para se expandir e gerar desenvolvimento econômico. É estratégica para garantir a segurança alimentar da população do país e contribuir, de forma significativa, para a alimentação de boa parte das 7 bilhões de pessoas que hoje vivem no mundo.

A agricultura familiar usa $\frac{1}{4}$ da área total, ou 4,3 milhões das unidades produtivas do campo brasileiro (84%). São mais de 14 milhões de trabalhadores, ou 74% das pessoas ocupadas no setor, responsáveis por mais de 40% da produção agrícola do país.

Na América Latina, a agricultura familiar tem importância semelhante em termos de produção ou ocupação, por se tratar de atividade econômica destinada a sustentar as populações urbanas e locais e ser responsável pela segurança alimentar e nutricional. Portanto, grande parte dos alimentos que chega à mesa dos brasileiros e latino-americanos vem da agricultura familiar.

A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), as federações e os sindicatos de trabalhadores rurais organizam aqueles que trabalham e lutam para fazer da agricultura familiar uma frente de expansão econômica e de promoção de qualidade de vida para os brasileiros. As lutas partem do entendimento do papel essencial da produção para a segurança alimentar e indicam, para isso, projetos e propostas, oriundas da mobilização de base, de uma produção ecologicamente mais equilibrada, com menor uso de insumos químicos, diversificação do cultivo para

preservar e renovar a qualidade da terra e o cuidado com o patrimônio genético das sementes, entre outros.

A Contag tomou a iniciativa de apresentar à presidente Dilma Rousseff uma agenda de propostas para fortalecer a agricultura familiar, apoiando o desenvolvimento deste segmento, o incremento da produtividade, o fortalecimento da produção cooperada, a ampliação da assistência técnica, da pesquisa, do crédito, entre outros. Propôs a ampliação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), indicando a meta de R\$ 30 bilhões de recursos disponíveis para a produção familiar.

Os agricultores estão preocupados com o aumento dos juros para as linhas de financiamento para custeio e investimento. Por exemplo, o Pronaf Mais Alimentos, uma das linhas de crédito de maior uso e acesso, financia a aquisição de maquinário agrícola a juros mais baixos que aqueles oferecidos pelo mercado. De outro lado, a indústria agradece, com a produção desses equipamentos que, por sua vez, são fundamentais para aumentar a produtividade agrícola. Uma boa política pública, como essa do Pronaf, induz muitos movimentos virtuosos para a produção econômica, com juros baixos e pequena inadimplência.

O olhar estratégico para o nosso desenvolvimento não pode deixar de ver que a produção agropecuária é uma das mais importantes frentes para sustentar o crescimento econômico do país. O desenvolvimento produtivo do campo brasileiro deve ser orientado por um investimento que permita agregar valor à produção, seja pela transformação industrial (por exemplo, do leite ao queijo, ao iogurte e aos outros insumos e produtos industrializados), pelo valor agregado dado pela qualidade ecológica do produto e o valor intangível da preservação ambiental, entre tantos outros elementos.

A agricultura familiar é parte estratégica desse grande setor econômico brasileiro. Tem valores e conhecimento produtivo e, com investimento em pesquisa, tecnologia e inovação, será capaz de criar, desenvolver e difundir práticas produtivas de grande valor agregado, que venham a se integrar, com os valores da sustentabilidade social e ambiental, às cadeias mundiais de valor.

Condraf debate Plano Safra da Agricultura Familiar com a sociedade civil. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/04/2015

Como principal espaço de participação social do MDA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) criou a série de debates Diálogos do Condraf, que teve seu primeiro encontro nesta terça-feira (28), em Brasília. Representantes de entidades da sociedade civil que compõem o conselho se reuniram para fazer um balanço do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 e debater proposições para a próxima safra.

Conforme Maria Fernanda Coelho, secretária executiva do MDA, que representou o presidente do Condraf e ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, as discussões do conselho priorizam temas como a questão da mulher, do jovem, dos povos e comunidades tradicionais, refletindo nas políticas implementadas pelo ministério.

Para ela o momento é oportuno, já que a discussão será usada para a implementação do novo Plano Safra 2015/2016. “É um espaço importante e temos um grande desafio, o de identificar onde efetivamente podemos avançar. Temos 12 anos de governo e é necessário que a gente continue numa trajetória de transformação e que possamos reconhecer o que não foi tratado e o que precisamos tratar”, destacou.

A ideia dos encontros, conforme explica o secretário do Condraf, Rodrigo Amaral, é aprofundar e aperfeiçoar o debate em temas específicos relacionados ao rural. “Iniciamos com o Plano Safra porque é o momento de construção da política para a nova safra e para ouvir os movimentos sociais e fazer um debate com transparência”, salientou.

Na avaliação da coordenadora executiva da Articulação Semiárido Brasileiro no Ceará, Cristina Nascimento, o diálogo abre possibilidades para ampliar várias questões que, por falta de tempo, não são aprofundadas em plenário. “É interessante para qualificar e aprimorar as políticas públicas, pois é um diálogo aberto entre a sociedade civil e o governo e traz as experiências reais que ajudam a retroalimentar a política pública e fortalecer o ministério.”

Próximas reuniões

Os próximos diálogos e temas ainda serão definidos, mas, de acordo com o secretário do Condraf, estarão na pauta os novos passos para o desenvolvimento territorial, desafios para a reforma agrária no Brasil, regularização fundiária na Amazônia Legal, redução da pobreza no campo e a nova ruralidade. “A ideia é trazer os principais temas e programas do MDA para debate no Condraf”, observou Amaral.

Entre os dias 13 e 14 de maio, será apresentada a proposta do Plano Safra 2015/2016 na 60ª Reunião Ordinária do Condraf. As incorporações das proposições feitas durante o Diálogos do Condraf serão identificadas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa